

1. Como usar o GOV.BR

A plataforma GOV.BR é um serviço público de identificação e autenticação digital fornecido pelo Governo Federal, e **está disponível para uso por empresas privadas** por meio do **Serviço de Identidade Digital (Conecta GOV.BR / Login Único)**.

2. Precisa avisar o governo?

Sim, para integrar oficialmente.

Atenção: para utilizar o GOV.BR dentro da sua plataforma — de forma legal e técnica — você **precisa se integrar oficialmente ao sistema via API**, pois é necessária:

- **criação de credenciais de acesso,**
- **autorização do governo,**
- **uso da API de autenticação,**
- **termos de uso assinados,**
- **testes em ambiente de homologação,**
- **aprovação para entrar em produção.**

Isso é obrigatório porque o GOV.BR precisa garantir **segurança, LGPD, rastreabilidade e responsabilidade da plataforma que está usando seus serviços**.

3. O que você NÃO pode fazer

Você **não pode**:

- Tentar usar o GOV.BR **sem integração oficial**.
- Colocar links ou telas que **parecem integração** sem realmente estar autorizado.
- Coletar dados que pertencem ao GOV.BR sem permissão.

Isso seria considerado **uso indevido de serviço público**.

Mas você pode **colocar vídeos, tutoriais, explicações e links oficiais**, porque isso é apenas conteúdo informativo — totalmente permitido.

4. O que você PODE fazer sem pedir autorização

Totalmente permitido:

- Usar vídeos oficiais ensinando a usar o GOV.BR.
- Colocar links públicos do governo para criar conta, fazer assinatura digital, etc.
- Orientar o usuário a assinar documentos via GOV.BR.
- Solicitar que o usuário faça a autenticação diretamente pelo app ou site gov.br e depois envie o documento assinado para sua plataforma.

Isso é sempre permitido.

5. Resumo objetivo

Sim, você pode usar o GOV.BR na sua plataforma.

Não, você não pode integrar o GOV.BR sem informar o governo.

Sim, você pode usar conteúdo e links públicos sem qualquer restrição.

1. FLUXO TÉCNICO DE INTEGRAÇÃO OFICIAL COM O GOV.BR

Processo real exigido pelo governo para integrar o “Login Único / Identidade Digital”.

1.1. Cadastro da empresa no sistema do governo

Você deve se cadastrar no **Conecta GOV.BR (antigo Serviços Digitais)**:

- Cadastrar CNPJ e responsável legal.
- Assinar termo de responsabilidade digital via GOV.BR.
- Solicitar habilitação como “provedor de serviço que usará autenticação GOV.BR”.

1.2. Solicitação de acesso às APIs

Solicitar acesso ao:

- API de Autenticação (OAuth 2.0)

- API de Dados (se for usar verificação adicional)
- Ambiente de homologação (sandbox)

O governo libera:

- Client ID
- Client Secret
- URIs autorizadas
- Ambiente de teste

1.3. Implementação Técnica

Você precisa implementar:

- Redirecionamento OAuth para login.gov.br
- Retorno com **token JWT**
- Validação de assinatura do token (chaves públicas do GOV.BR)
- Extração segura dos dados mínimos (ID do usuário, nome, CPF — se autorizado)

1.4. Testes exigidos

O governo exige:

- Teste de segurança
- Teste funcional
- Teste de LGPD
- Não armazenamento indevido de dados do GOV.BR
- Verificação de logs e auditoria

1.5. Aprovação e produção

Após os testes:

- Governo autoriza
- Você recebe credenciais de produção
- Integração passa a ser liberada para todos os usuários

2. TEXTO JURÍDICO PRONTO PARA COLOCAR NA PLATAFORMA

Texto formal, direto e completamente legal.

Cláusula: Integração com o GOV.BR

A Plataforma Vitrine de Craques utiliza o serviço público de Identidade Digital do Governo Federal (GOV.BR) exclusivamente para fins de autenticação e validação de identidade de seus usuários.

A integração ocorre por meio das APIs oficiais disponibilizadas pelo Governo Federal, respeitando integralmente os Termos de Uso, Políticas de Segurança e diretrizes técnicas estabelecidas pela Secretaria de Governo Digital.

A autenticação via GOV.BR não transfere à Plataforma qualquer autoridade governamental, nem cria vínculo institucional com a União, sendo apenas um mecanismo público de identificação eletrônica disponibilizado pelo Estado brasileiro às entidades privadas.

A Plataforma se compromete a utilizar somente os dados estritamente necessários ao processo de autenticação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), sem armazenamento indevido de informações e sem qualquer forma de tratamento não autorizado.

O usuário declara ciência de que, ao optar pela autenticação via GOV.BR, estará sujeito aos termos e políticas oficiais do Governo Federal, acessíveis em www.gov.br

.

3. CLÁUSULAS DE LGPD (OBRIGATÓRIAS PARA USO DO GOV.BR)

3.1. Finalidade

Os dados pessoais obtidos através da autenticação GOV.BR serão utilizados exclusivamente para comprovação de identidade do usuário dentro da Plataforma Vitrine de Craques.

3.2. Base Legal

Tratamento fundamentado na base legal do **art. 7º, V da LGPD**:

“Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular.”

3.3. Minimização

Somente os seguintes dados poderão ser tratados:

- Nome completo
- CPF (apenas para validação, não exibição pública)
- Nível da conta GOV.BR
- E-mail cadastrado
- Identificador único (sub ID)

3.4. Armazenamento

A plataforma não armazenará dados sensíveis ou desnecessários. Tokens são descartados após a sessão.

3.5. Proibição de compartilhamento indevido

Nenhum dado obtido via GOV.BR pode ser:

- Compartilhado
 - Vendido
 - Transferido
 - Processado para finalidade diferente
-

4. REQUISITOS DE HOMOLOGAÇÃO (OBRIGATÓRIOS)

4.1. Segurança da Informação

- Certificado SSL
- Criptografia TLS 1.2+
- Política de senhas internas
- Logs de auditoria
- Controle de acesso com MFA dos administradores

4.2. Teste Funcional

O governo verifica:

- Fluxo OAuth completo
- Callback seguro
- Integração sem quebra
- Tokens não expostos

4.3. Teste LGPD

Verifica:

- Dados mínimos coletados
- Proibição de coleta adicional
- Política de privacidade atualizada
- Consentimento claro quando aplicável

4.4. Termos de Uso assinados

Obrigatório:

- Termo de Responsabilidade do Gestor
- Termo de Finalidade
- Termo de Conformidade LGPD

Sem assinatura, o governo não libera o ambiente de produção.

5. RESUMO EXECUTIVO (PARA INVESTIDORES OU DOCUMENTOS)

A plataforma pode integrar autenticação via GOV.BR de forma totalmente legal, desde que siga o fluxo obrigatório de integração pública. Não é permitida integração sem autorização prévia.

Links informativos e vídeos oficiais do governo podem ser utilizados livremente.